



AJUDA MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO DO CONSELHO DO PROJETO GEF-MAR

Brasília, abril de 2017

Lista de siglas:

ABEMA - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente

ACREs - Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies

AMCPs - Áreas Costeiras e Marinhas Protegidas

AMEX - Associação Mãe da Reserva Extrativista de Canavieiras

CGESP -

CGPEQ - Coordenação-Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade

CIRM - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CONFREM – Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos

COPAN – Coordenação de Identificação e Planejamento de Ações para Conservação

CP – Conselho do Projeto

DAP – Departamento de Áreas Protegidas

DECO – Departamento de Conservação de Ecossistemas

DESP – Departamento de Conservação e Manejo de Espécies

DIBIO – Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade

DIMAN - Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEF - Global Environment Facility

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MB – Marinha do Brasil

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

MD – Ministério da Defesa

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

PO – Plano Operativo

SAP - Secretaria de Aquicultura e Pesca

SBIO – Secretaria de Biodiversidade do MMA

SECIRM – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

UCP – Unidade de Coordenação do Projeto

UCs – Unidades de Conservação

UIP – Unidade de Implementação

WWF - World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza)

Memória da 2ª Reunião do Conselho do Projeto GEF-Mar

Foi realizada no dia 29 de março de 2017, no Ministério do Meio Ambiente – MMA em Brasília, a 2ª reunião do Conselho do Projeto (CP) GEF-Mar. Para direcionamento da reunião foi acompanhada a seguinte pauta:

9:00 hs	Abertura: boas vindas e apresentação dos participantes
09:30 hs	Revisão da pauta da reunião
Apresentação e detalhamento do planejamento do Projeto para os próximos 3 anos:	
10:00hs	Histórico e contextualização sobre o planejamento do Projeto (Ana Paula Prates - DIBIO/ICMBio)
10:30 hs	Subcomponente 1.1 – Revisão das áreas costeiras e marinhas prioritárias para conservação (DECO/MMA)
11:00 hs	Subcomponente 1.1 - Definição de Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies (DESP/MMA)
11:30 hs	Subcomponente 1.1 - consolidação das UCs (DIMAN/ICMBio)
12: 00	Almoço
Apresentação e detalhamento do planejamento do Projeto para os próximos 3 anos – continuação:	
14:00 hs	Subcomponente 1.2 – Consolidação de AMCPs (DIMAN/ICMBio)
14:30 hs	Subcomponente 2 – Sustentabilidade financeira (DAP/MMA)
15:00 hs	Subcomponente 3.1 e 3.2 – Monitoramento da biodiversidade e de sua conservação e Avaliação do estado de conservação da biodiversidade (DIBIO/ICMBio)
15:30 hs	Subcomponente 3.2 - Avaliação do estado de conservação da biodiversidade marinha e seus requisitos de conservação – (DIBIO/ICMBio)
16:00 hs	Execução financeira do Projeto (FUNBIO)
16:30 hs	Discussões e esclarecimentos
17:00 hs	Encaminhamentos e calendário de reuniões para 2017
18:00 hs	Encerramento

Tabela 1: Pauta da 2ª reunião do Conselho do Projeto GEF-Mar.

Warwick Manfrinato (Diretor do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente – DAP/MMA), fez a abertura da reunião dando as boas-vindas e informando que a pauta da reunião foi construída de acordo com a demanda levantada na 1ª reunião do Conselho realizada no dia 26 de janeiro de 2017. A pauta foi construída pensando no

histórico de elaboração do projeto, planejamento do 2º ciclo, e execução do PO de 2015-2016. Dando prosseguimento, pediu para que todos se apresentassem (Tabela 2).

Lista de presença da 2ª Reunião do Conselho do Projeto GEF-Mar Data: 29 de março de 2017 Local: Ministério do Meio Ambiente/ Brasília - CT 01					
Nº	Nome	Instituição	Papel no conselho	Fone	E-mail
1	Adriana Panhol Bayma	DECO/ SBIO/ MMA	Convidada pelo MMA	(61) 2028-2548	adriana.bayma@mma.gov.br
2	Alisson M. Cavalcante	ICMBio	Convidado pelo ICMBIO	(61) 2028-9118	alisson.cavalcante@icmbio.gov.br
3	Ana Lucia Oliveira Costalunga	SECIRM/ MB/MD	Suplente	(61) 3429-1336	costalunga@marinha.mil.br
4	Ana Paula Prates	COPAN/CGESP/DIB IO/ICMBIO	Ouvinte	(61) 2028-9059	ana.prates@icmbio.gov.br
5	André Luis Lima	DAP/SBio/MMA	Convidado pelo MMA	(61) 2028-2294	andre.lima@mma.gov.br
6	Andrea C. Cruz Kaled	MCTIC	Convidada pelo MCTIC	(61) 2033-8778	andrea.cruz@mctic.gov.br
7	Andrea V. Teixeira	MMA	Convidada pelo MMA	(61) 2028-2302	andrea.varella@mma.gov.br
8	Andrei Polejack	MCTIC	Titular	(61) 2033-7612	andrei.polejack@mctic.gov.br
9	Anna Carolina Ramalho Lins	COPAN/CGESP/DIB IO/ICMBIO	Convidada pelo ICMBIO	(61) 2028-9304	carolinalins.icmbio@gmail.com
10	Betânia Santos Fichino	DAP/SBio/MMA	Convidada pelo MMA	(61) 2028-2565	betania.fichino@mma.gov.br
11	Carlos Alberto P. dos Santos	CONFREM BRASIL	Titular	(73) 99949-0963	confrembrasil@gmail.com
12	Daniela Leite	FUNBIO	Ouvinte	(21) 2123-5311	daniela.leite@funbio.org.br
13	Fernanda F. C. Marques	FUNBIO	Ouvinte	(21) 2123-5361	fernanda.marques@funbio.org.br
14	Flavio Torres	Petrobrás	Convidado pelo MME	(61) 99811-9992	flaviotorres@petrobras.com.br
15	Gabriela Menezes Cruz Marangon	Consultora Projeto GEF-Mar	Relatora	(61) 99116-0650	gabriela.marangon.consultora@mma.gov.br
16	João Gonçalves de Santana	AMEX	Convidado pelo CONFREM	(73) 998108576	–
17	Julia Zapata R. Dau	DIMAN /ICMBio	Ouvinte	(61) 2028-9079	julia.zapata@icmbio.gov.br
18	Katia Torres Ribeiro	CGPEQ/ DIBIO/ICMBIO	Convidada pelo ICMBIO	(61) 2028-9090	katia.ribeiro@icmbio.gov.br
19	Luciana Hemétrio Valadares	DECO/ SBIO/ MMA	Convidada pelo MMA	(61) 2028-2587	luciana.valadares@mma.gov.br
20	Luiz Ferraro	ABEMA/SEMA-BA	Titular	(71) 996533054	luiz.ferraro@sema.ba.gov.br
21	Maria da Conceição Cardoso	–	Convidada pelo CONFREM	–	–

22	Maria Teresa de Jesus Gouveia	Instituto Coral Vivo	Titular	(21) 99969-5761	teresa.gouveia@coralvivo.org.br
23	Maurício S. Pompeu	DECO/SBIO/MMA	Convidado pelo MMA	(61) 2028-2066	mauricio.pompeu@mma.gov.br
24	Michel de Souza Rodrigues dos Santos	WWF-Brasil	Indicada para substituir Anna Carolina Lobo	(61) 3364-7416 (61) 99163-7771	msantos@wwf.org.br
25	Renata Medeiros dos Santos	CNI	Titular	(61) 3317-9250	rmedeiros@cni.org.br
26	Renato Lima F. Sampaio	SPE/MME	Suplente	(61) 2032-5815	renato.sampaio@mme.gov.br
27	Sandra S. Souza	SAP/MAPA	Indicada para substituir Josué Bezerra de Freitas Neto	(61) 3218-3857	sandra.silvestre@agricultura.gov.br
28	Teresa Cristina Cavalcanti Soares	MB/MD	Titular	(61) 3429-1394	teresa.cristina@marinha.mil.br
29	Warwick Manfrinato	DAP/SBio/MMA	Titular	(61) 9 9172-4218	warwick.manfrinato@mma.gov.br

Tabela 2: Lista de presença da 2ª reunião do Conselho do Projeto GEF-Mar.

Devido a presença do representante da Petrobrás, Flávio Torres, foi solicitada a inclusão de um momento de fala na programação, para esclarecimento referente a participação da Petrobrás no Projeto. Pela necessidade do representante se ausentar ainda no período da manhã, a reunião foi iniciada com esse esclarecimento.

Renato Sampaio (Ministério de Minas e Energia – MME), agradeceu a participação do representante da Petrobrás. Após o agradecimento, Flávio (Petrobrás) informou que participou do início das negociações do Projeto e que, devido a mudanças institucionais administrativas não tem informações concretas sobre a posição atual da instituição sobre a concretização da formalização do valor que estava destinado ao Projeto (*in-kind* e *grant*). Os diálogos e negociações serão feitas novamente com a nova equipe interna da Petrobrás. Ele solicitou que fosse encaminhado um relatório que pudesse mostrar a execução do Projeto até o momento, com o objetivo de justificar a necessidade da contrapartida a ser aportada pela Petrobrás para alcançar as metas do Projeto, assim como para informar as ações que o Projeto tem apoiado. Ademais, foi solicitado mais tempo para a negociação interna da Petrobrás.

O Warwick Manfrinato (DAP/MMA), apontou a importância da presença da Petrobrás e do diálogo que está sendo realizado e fortalecido, observando a interação e responsabilidade da Petrobrás no Projeto.

Recomendações:

1. Encaminhar novamente os relatórios do Projeto para a Petrobrás;
2. Realizar nova reunião com a Petrobrás para dar continuidade às negociações.

Carlos Alberto Santos (Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos - CONFREM Brasil), mencionou a mudança de caráter do Conselho do Projeto de deliberativo, na época das discussões para o planejamento do Projeto, para consultivo, na sua formalização. Warwick Manfrinato (DAP/SBIO/MMA), esclareceu que a estrutura de

governança do conselho foi estabelecida durante as discussões de planejamento do Projeto, sendo um complemento ao Comitê Operacional do Projeto - COP.

Após os devidos esclarecimentos, foram iniciadas as apresentações descritas na pauta. Ana Paula Prates (Coordenação de Planos de Ação para Espécies Ameaçadas da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento – COPAN/DIBIO/ICMBio), por ter sido Diretora do DAP quando o projeto foi elaborado e negociado, apresentou o histórico do Projeto (Anexo 1).

Dando continuidade, Maurício Pompeu (Departamento de Conservação de Ecossistemas – DECO/MMA), apresentou sobre a linha de ação Revisão das Áreas Marinhas e Costeiras Prioritárias para Conservação, que está dentro do Componente 1: Criação e Implementação de Áreas Costeiras e Marinhas Protegidas - AMCPs (Anexo 2). Maurício Pompeu (DECO/MMA) informou que durante as avaliações sobre a utilização da ferramenta (mapa de áreas prioritárias para conservação publicado em 2007) eles observaram a necessidade de evoluir nas questões de comunicação sobre como esse instrumento pode ser incorporado pelos diferentes atores que utilizam suas informações. A revisão das áreas prioritárias de 2007 foi iniciada em 2014, mas devido à falta de recursos financeiro e humano, o processo teve que ser adiado, sendo retomado com o apoio do GEF-Mar. O DECO/MMA reforçou a necessidade de melhorias no instrumento, após o aferimento do questionário sobre o uso da ferramenta, que serão incorporadas na nova metodologia a ser adotada.

Luiz Ferraro (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA), levantou a necessidade de reforçar o diálogo com as instituições estaduais. Exemplificando, informou que o estado da Bahia realizou um trabalho com a WWF (World Wide Fund for Nature), para definição de áreas prioritárias estadual, conforme a lista de espécies ameaçadas já definida para o estado. A articulação com os estados pode otimizar a obtenção de muitas informações que já podem ter sido levantadas.

Ainda referente à revisão das áreas prioritárias, Andrei Polejack (Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC), solicitou um cronograma das próximas etapas do processo. Além disso, citou a importância de envolver outras instituições, desde o começo das discussões, para uma boa atuação e sensibilização dos atores. Devido à dificuldade de mapear os diferentes usos existentes, pediu que fosse feito o mapeamento dos usos sobre as áreas que serão analisadas. Maurício Pompeu (DECO/MMA) esclareceu que para mapear todos os usos pertencentes às áreas seriam necessários mais recursos do que o planejado para o desenvolvimento do trabalho. Andrei Polejack (MCTIC), reforçou a relevância desse mapeamento para que o instrumento áreas prioritárias seja utilizado de uma forma mais valorosa por outras instituições.

Recomendações:

3. Diálogo com as instituições estaduais para levantamento de informações para revisão das áreas prioritárias. O representante da ABEMA entrará em contato com outros estados, para saber do interesse em participar do processo;
4. Incluir mapeamento de usos na revisão das áreas prioritárias;
5. Inclusão de representantes das comunidades no processo de revisão das Áreas Prioritárias.

Como complemento às políticas utilizadas como base na elaboração do Projeto, Tereza Cristina (Marinha do Brasil do Ministério da Defesa – MB/MD), apontou que o projeto deve ser alinhado com a Política Marítima Nacional, Decreto Nº 1.265, de 11 de outubro de 1994.

Para fortalecimento dos diálogos entre as instâncias envolvidas e sobre as temáticas presentes no Projeto, Ana Lucia Costalunga (MB/MD), citou a oportunidade de participação nos fóruns da

Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, para somar esforços e para que todos possam utilizar os instrumentos existentes e que estão sendo construídos no âmbito do Projeto.

Destacando a importância da visão social das áreas que serão destinadas a serem prioritárias, Carlos Alberto Santos (CONFREM), reforçou a importância do fortalecimento do diálogo entre as esferas federal, estadual, municipal e comunidades presentes nas áreas. Complementando, Maria Teresa Gouveira (Instituto Coral Vivo), apontou que o envolvimento da sociedade pode ser garantido com a realização de reuniões nas quais possam ser ouvidos, não necessariamente apenas por meio de capacitações,

Como forma de complementar os trabalhos que estão sendo realizados no Projeto, Ana Paula Prates (COPAN/DIBIO/ICMBio), indicou que a disponibilização dos dados levantados pela Petrobrás, previstos como contrapartida ao Projeto, auxiliaria no andamento das atividades. Renato Lima (MME), informou que embora ainda não esteja definida a efetivação da contrapartida da Petrobrás ao projeto, muitos dados da empresa estão disponíveis no IBAMA, em função dos processos de licenciamento. Ana Paula Prates (COPAN/DIBIO/ICMBio) reforçou que a contrapartida discutida no planejamento do Projeto incluía não só dados, também existentes nos órgãos licenciadores, como sua disponibilização de forma sistemática em um banco de dados, otimizando o processo.

Luiz Ferraro (ABEMA), sugeriu investir no mapeamento de dados já existentes, mas também incluir o levantamento de dados primários.

Recomendações:

6. Encaminhar o cronograma do processo de revisão das áreas prioritárias ao Conselho.
7. Envolver outras instituições desde o começo do processo de revisão.

Ugo Vercillo (Departamento de Conservação e Manejo de Espécies – DESP/MMA), responsável pela linha de ação “Definição de Zonas de Exclusão de Pesca ou Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies (ACREs)”, apresentou sua execução e quais são as atividades dessa linha (anexo 3). Iniciando informou que tem utilizado como nomenclatura para as ACREs o termo “Santuários da Biodiversidade”.

Carlos Alberto Santos (CONFREM) se posicionou contrário quanto à mudança de denominação dessas áreas para “Santuário” pois pode dar a entender que a área é intocável, e esse não seria o objetivo das ACREs. O termo ACRE seria melhor para entendimento dos envolvidos na pesca artesanal. Pensando nas espécies ameaçadas, sugeriu que fossem implementadas ações de ordenamento específico para espécies que devem ter plano de recuperação. A sugestão seria fazer um projeto teste em algumas áreas do GEF-Mar com utilização das espécies. Essas ações poderiam ser feitas no âmbito do Projeto. Esclarecendo, Ugo Vercillo (DESP/MMA) informou que não tem recurso disponível na linha de ação executada pelo DESP/MMA para implementar outras ações, além do mapeamento e definição das ACREs.

Recomendações:

8. Articulação com Petrobras para obtenção dos dados previstos na contrapartida para os trabalhos que serão realizados dentro do projeto, como a revisão das áreas prioritárias e a definição das ACREs;
9. Implementar ações de ordenamento específico para espécies/áreas com necessidade de recuperação.

O subcomponente 1.2 “Implementação de AMCPs”, foi apresentado por Júlia Zapata (Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – DIMAN/ICMBio), que apresentou as linhas de ação que direcionam as atividades apoiadas pelo projeto para a consolidação das UCs.

Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) destacou a linha de ação “verificação de limites das unidades de conservação”, citando como importante solução a atualização das Cartas Náuticas com a delimitação dos limites das UCs tanto de proteção integral como de uso sustentável. Tereza Cristina (MB/MD) informou que os setores responsáveis por essa atualização são acessíveis e devem ser procurados.

Carlos Alberto Santos (CONFREM), citou novamente o incômodo sobre a incorporação da linha de ação de integração com as comunidades entre as demais linhas para consolidação das UCs, uma vez que antes do replanejamento ela estava sendo trabalhada como um subcomponente à parte, e sua execução através de subprojetos. Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) informou que quando os subprojetos que estão em execução finalizarem, haverá um novo edital para novos projetos referente à essa linha. O recurso destinado a esse novo edital depende da efetivação da contrapartida da Petrobrás, da mesma forma que as demais ações do Projeto.

Recomendações:

10. Diálogo com o setor responsável da Marinha para atualização da delimitação das UCs marinhas nas Cartas Náuticas (Proteção Integral e Uso Sustentável);

Finalizando o Componente 1, Betânia Fichino (DAP/MMA), introduziu o Componente 2, referente à sustentabilidade financeira (anexo 5). Uma vez que o aporte de recurso da Petrobrás ainda não foi efetivado, Carlos Alberto Santos (CONFREM), perguntou se no componente de sustentabilidade financeira estão sendo analisadas outras oportunidades para suprir a falta desse recurso. Betânia (DAP/MMA) informou que esse componente não foi pensado com esse propósito. Ele é voltado para a sustentabilidade das UCs após o encerramento do Projeto.

O Componente 3, voltado para o Monitoramento e Avaliação da Biodiversidade, distribuído em 2 subcomponentes (3.1 Monitoramento da biodiversidade e de sua conservação - anexo 6; e 3.2 Avaliação do estado de conservação da biodiversidade marinha e seus requisitos de conservação - anexo 7), foram apresentados por Kátia Torres (Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade – CGPEQ/DIBIO/ICMBio) e Ana Paula Prates (COPAN/DIBIO/ICMBio).

Kátia Torres (CGPEQ/DIBIO/ICMBio) informou que os recursos externos que o ICMBio tem utilizado, além do disponibilizado pelo Projeto, atualmente estão mais voltados para pesquisa do que para monitoramento, e isso dificulta a execução de alguns trabalhos. Em relação às análises de estatísticas pesqueiras, Sandra Souza (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA), informou que o MAPA iniciou uma conversa com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para reiniciar o monitoramento das estatísticas pesqueiras. Como preocupação, ela destacou o fato de não estar havendo diálogo entre os ministérios e alguns trabalhos podem estar sobrepostos.

Warwick Manfrinato (DAP/MMA), solicitou à Sandra Souza (MAPA) que encaminhasse um e-mail informando as atividades que estão sendo feitas pela secretaria de pesca sobre esse tema, para que as ações possam ser integradas.

Recomendações:

11. Reforçar a articulação entre os ministérios para otimizar esforços em trabalhos que podem estar sendo duplicados, como é o caso do mapeamento da pesca artesanal e industrial.

Luiz Ferraro (ABEMA) informou que o envolvimento dos estados em atividades como o monitoramento ainda é visto com dificuldades e baixa autonomia. Para isso, sugeriu uma articulação com os estados para sistematizar informações advindas dos processos de licenciamento e pensar no monitoramento para além de espécies ameaçadas. Katia Torres (CGPEQ/DIBIO/ICMBio), informou que não há equipe suficiente no ICMBio para tocar todos tipos de monitoramento, mas está sendo avaliado o envolvimento de outras instituições para tratar desse tema.

Recomendações:

12. Fazer articulação com os estados para obter informações e dados usados do licenciamento.

De acordo com Carlos Alberto Santos (CONFREM), as articulações feitas pela CONFREM em relação à pesca artesanal são feitas além das UCs. Ele reforçou que a pesca deve ser tratada com informação técnica, não como negociação econômica, e que para isso é necessário que as informações levantadas junto às UCs sejam confiáveis, aliadas a estratégias para conservação da biodiversidade que deem retorno sustentável, diminuindo o impacto da pesca sobre essas espécies.

Recomendações:

13. Atentar para a necessidade de informações mais confiáveis sobre as áreas de pesca, principalmente artesanal.

Na sequência, Fernanda Marques e Daniela Leite (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO), fizeram uma apresentação sobre a estrutura do FUNBIO e o modo como é feita a execução do recurso do Projeto (anexo 8), esclarecendo dúvidas referentes à execução anterior e futura. O Projeto GEF-Mar tem como gestor do recurso financeiro o FUNBIO. Durante sua apresentação, Fernanda (FUNBIO) destacou a importância do diálogo e negociação que o MMA está realizando com a Petrobrás, pois a ausência do recurso que estava sendo previsto pode comprometer o atingimento das metas do Projeto.

Para execução do Projeto, o FUNBIO trabalha com uma taxa administrativa, utilizada na realização de seus serviços e manutenção de sua equipe para implementar o Projeto. Luiz Ferraro (ABEMA), questionou qual era a taxa administrativa e se essa taxa era fixa. Fernanda (FUNBIO) esclareceu que a taxa para o GEF-Mar é de 14%, mas que ela não é fixa, e sim determinada de acordo com uma análise da demanda de trabalho e tempo para a execução.

Os serviços dispostos pelo FUNBIO vão desde pagamento de diárias e passagens, contratação de consultorias pessoa física e jurídica e aquisição de bens, até o gerenciamento do recurso do Projeto durante sua execução.

Devido à integração das UCs com a CONFREM, Carlos Alberto Santos (CONFREM) citou alguns problemas levantados pelas unidades em relação a operacionalização e burocracia. De acordo com ele, as operacionalizações dos serviços sob gestão do FUNBIO têm sido questionadas por vários gestores das Unidades de Conservação envolvidas com o Projeto. Aproveitando, perguntou se não haveria possibilidade de contratar um assessor para as UCs do sul da Bahia para ajudar a destravar alguns processos. Daniela Leite (FUNBIO), informou que alguns avanços já foram realizados para auxiliar as unidades, como a possibilidade de contratação local para execução de pequenos gastos, e que essa assessoria não seria possível de acordo com as regras do Banco Mundial e do FUNBIO. Maria Teresa (Instituto Coral Vivo), questionou se o GEF-Mar tem mecanismos para contratar indivíduos para

executar ações voltadas ao Projeto. Daniela Leite (FUNBIO), esclareceu que existem várias possibilidades, mas o formato da contratação depende das ações a serem executadas e do tempo para sua execução.

Fernanda Marques (FUNBIO) sugeriu que a realização de um bom planejamento auxiliaria uma boa execução. Júlia Zapata (DIMAN/ICMBio), reforçou que essa necessidade de uma pessoa para assessoria local deveria ser considerada para todas as unidades, não somente para as do Sul da Bahia.

Michel de Souza (WWF) sugeriu fazer um trabalho envolvendo voluntários para execução das atividades do Projeto, como é feito no Programa de Voluntariado do ICMBio.

Finalizando a apresentação dos componentes, foi informado que a Criação de UC é uma das linhas que tem apresentado menor avanço. Como oportunidade de mudar esse cenário, foi proposto o lançamento de um edital para que os órgãos interessados (estaduais ou federais) encaminhassem as propostas de criação de UC. Thiago Gil Barreto Barros (DAP/MMA), destacou que seria uma possibilidade de movimentação dos órgãos que tem processos já em andamento para serem financiados.

Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) pontuou que existem processos para criação de UCs federais já em andamento no ICMBio, e que para enviar as propostas para o edital seria necessário um retrabalho para encaminhar as informações.

Recomendações:

14. Aprimorar os procedimentos de operacionalização dos recursos pelo FUNBIO;
15. Reunião entre ICMBIO e MMA para analisar a minuta do edital para apoio à criação e verificar a pertinência da publicação;
16. Analisar a possibilidade de trabalho voluntário para execução de algumas atividades do Projeto, como é feito pelo programa de voluntariado do ICMBio.

Carlos Alberto Santos (CONFREM), questionou se em casos de unidades que envolvem comunidades locais, a sociedade poderia encaminhar as propostas da UCs. André Lima (DAP/MMA), esclareceu que as demandas das comunidades devem ser encaminhadas para os órgãos gestores (federais, estaduais ou municipais), para que esses órgãos encaminhem as demandas para o edital, uma vez que eles são os responsáveis pela criação e gestão de UCs.

Antes da reunião, havia sido encaminhada uma minuta do edital para apoio à criação, para análise dos conselheiros. Maria Tereza (Instituto Coral Vivo), propôs algumas mudanças na minuta, como diferenciar consulta e audiência pública, incluindo os dois no processo de análise das propostas. Além disso, sugeriu que no embasamento técnico o solicitante devesse colocar como será feito o diagnóstico, incluindo a experiência em ouvir atores sociais e identificar as principais ameaças à comunidade local e ao ambiente nas propostas.

Carlos Alberto Santos (CONFREM), sugeriu que os órgãos representados no conselho que tivessem interesse pudessem participar das análises das propostas de criação, seja analisando ou encaminhando as propostas.

Ana Lúcia Costalunga (CIRM), informou que a CIRM, vem trabalhando várias temáticas que envolvem recursos marinhos, desde o seu uso até a sua proteção. Além disso, informou que está sendo iniciado um planejamento espacial marinho, no qual seria de grande valia o envolvimento do DECO/MMA, enriquecendo a discussão e fortalecendo instrumentos que estão sendo elaborados.

Recomendações:

17. Nos processos de criação, apoiar tanto audiência como consulta pública;
18. Envolver o Conselho de Defesa Nacional, se forem criadas UCs em áreas que eles estiverem envolvidos.

Encaminhando-se para o encerramento da reunião, Betânia Fichino (DAP/MMA) informou que a Missão de Supervisão do Projeto ocorreria no período de 03 a 07 de abril, envolvendo as UCs do Sul da Bahia, e que as recomendações levantadas na reunião seriam levadas para a Missão. Luiz Ferraro (ABEMA), destacou a importância de as recomendações serem claras e, após solucionadas ou encaminhadas, justificar aquelas que não puderem ser atendidas.

Para a próxima reunião do conselho, foi sugerido o mês de setembro de 2017. No período entre as reuniões, as respostas e andamento sobre os encaminhamentos feitos pelo Conselho do Projeto serão feitos a distância.

Tabela de Recomendações:

ENCAMINHAMENTOS			
ITEM	O QUE	QUEM	QUANDO
1	Encaminhar os relatórios para a Petrobrás, para que eles pudessem mostrar as informações nas articulações que estão sendo realizadas dentro da empresa.	UCP/DAP	Abril de 2017
2	Realizar nova reunião com a Petrobrás para dar continuidade às negociações.	UCP/DAP	
3	Diálogo com as instituições estaduais para levantamento de informações para revisão das áreas prioritárias e entrar em contato com outros estados, para saber do interesse em participar do processo;	DECO/SBIO/MMA; ABEMA	Durante o processo de Revisão que será executado pelo DECO/MMA
4	Incluir mapeamento de usos na revisão das áreas prioritárias.	DECO/SBIO/MMA;	Durante o processo de Revisão que será executado pelo DECO/MMA
5	Inclusão de representantes das comunidades no processo de revisão das Áreas Prioritárias;	DECO/SBIO/MMA;	Durante o processo de Revisão que será executado pelo DECO/MMA
6	Encaminhar o cronograma do processo de revisão das áreas prioritárias ao Conselho.	DECO/SBIO/MMA	
7	Envolver outras instituições desde o começo do processo de revisão.	DECO/SBIO/MMA	
8	Articulação com Petrobras para obtenção dos dados previstos na contrapartida para os trabalhos que serão realizados dentro do projeto, como a revisão das áreas prioritárias e a definição das ACREs;	UCP/DAP/MMA; DECO/SBIO/MMA; DESP/SBIO/MMA	
9	Implementar ações de ordenamento específico para espécies/áreas com necessidade de recuperação.	DESP/SBIO/MMA	
10	Diálogo com o setor responsável da Marinha para atualização da delimitação das UCs marinhas nas Cartas Náuticas (Proteção Integral e Uso Sustentável);	UCP/DAP/MMA; UIP/ICMBIO; UCs	Antes e durante de iniciar os processos de verificação de limites das UCs.
11	Reforçar a articulação entre os ministérios para otimizar esforços em trabalhos que podem estar sendo duplicados, como é o caso do mapeamento da pesca artesanal e industrial;	UCP/DAP/MMA; DECO/SBIO/MMA; DESP/SBIO/MMA	Durante os processos de Revisão de Áreas Prioritárias e Definição das ACREs que será executado pelo DECO/MMA e DESP/MMA
12	Fazer articulação com os estados para obter informações e dados usados do licenciamento;	UCP/DAP/MMA;	

ENCAMINHAMENTOS			
13	Atentar para a necessidade de informações mais confiáveis sobre as áreas de pesca, principalmente artesanal;	UCP/DAP/MMA; DECO/SBIO/MMA; DESP/SBIO/MMA; UIP/ICMBio;	Durante os processos de Revisão de Áreas Prioritárias e Definição das ACREs que será executado pelo DECO/MMA e DESP/MMA
14	Aprimorar os procedimentos de operacionalização dos recursos pelo FUNBIO.	FUNBIO	Durante execução no Projeto.
15	Reunião entre ICMBIO e MMA para analisar a minuta do edital e verificar a pertinência da publicação.	UCP/DAP/MMA; UIP/ICMBIO; COPAN/DIBIO	Maio/2017
16	Analisar a possibilidade de trabalho voluntário para execução de algumas atividades do projeto, como é feito pelo programa de voluntariado do ICMBio.	UCP/DAP/MMA; UIP/ICMBIO	Junho/2017
17	Nos processos de criação, apoiar tanto audiência como consulta pública;	UCP/DAP/MMA	Durante o processo de análise das propostas de Criação de UCs.
18	Envolver o Conselho de Defesa Nacional, se forem criadas UCs em áreas que eles estiverem envolvidos;	UCP/DAP/MMA	Durante o processo de análise das propostas de Criação de UCs.